



DIÁRIO

da Assembleia da República

I LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

SESSÃO DE 6 DE OUTUBRO

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Vasco da Gama Fernandes

Secretários: Ex.^{mas} Srs. Alberto Augusto Martins da Silva Andrade
Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo
Maria José Paulo Sampaio
José Manuel Maia Nunes de Almeida

SUMÁRIO: — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 30 minutos.

Antes da ordem do dia. — O Sr. Presidente salientou o significado dos vários acontecimentos em que, durante as férias parlamentares, participou em representação da Assembleia e assinalou a passagem de mais um aniversário da implantação da República.

Foram aprovados os n.ºs 18 a 24 do Diário.

O Sr. Presidente deu conhecimento de alguns requerimentos, projectos e propostas de lei apresentados na Mesa.

O Sr. Deputado António Arnaut (PS) propôs à Assembleia a aprovação de votos de congratulação pela atribuição ao poeta Miguel Torga do Grande Prémio Internacional de Poesia de 1976, das bienais de poesia de Knokke-Heist, e a Mário Soares do Prémio da Liga Internacional dos Direitos do Homem.

Sobre a proposta usaram da palavra os Srs. Deputados Carlos Brito (PCP), Rui Pena (CDS), Barbosa de Melo (PPD) e Acácio Barreiros (UDP).

Submetidos à votação os dois votos de congratulação, foi aprovado por aclamação o primeiro e por maioria o segundo.

O Sr. Deputado Vital Moreira (PCP) criticou a política seguida pelo Ministro Sottomayor Cardia à frente do Ministério da Educação e Investigação Científica, focando em especial a demissão do Prof. Teixeira Ribeiro do lugar de reitor da Universidade de Coimbra.

O Sr. Deputado António Macedo (PS) fez considerações sobre vários acontecimentos de relevo político ocorridos no interregno parlamentar, em alguns dos quais participou directamente.

O Sr. Deputado Olivio França (PPD) referiu-se à passagem de mais um aniversário do 5 de Outubro, pondo em realce o significado dessa data para o povo português.

O Sr. Deputado Amaro da Costa (CDS) prestou homenagem ao Sr. Presidente da República pela forma como tem desempenhado o seu mandato e estabeleceu um paralelo entre os erros que estiveram na base da queda da 1.ª República com os que, no seu entender, o actual Governo vem cometendo em matéria de saneamentos, salientando ainda o significado político da recente alteração do nome do Partido Popular Democrático.

O Sr. Presidente deu conhecimento de um requerimento do Grupo Parlamentar do PS pedindo a marcação da data para a designação pela Assembleia, nos termos constitucionais, do Provedor de Justiça e de dois membros da Comissão Consultiva para os Assuntos das Regiões Autónomas.

Sobre o assunto do requerimento usou da palavra o Sr. Deputado Barbosa de Melo (PPD).

Ordem do dia. — Foi autorizado o Sr. Deputado Leitão Paulo (CDS) a depor como testemunha na 5.ª Vara do Tribunal Cível de Lisboa.

O Sr. Deputado Pinto da Cruz (CDS) leu o relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos sobre a substituição de três Deputados do PS e um do PCP.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 18 horas.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.
Agostinho Martins do Vale.
Albano Pereira da Cunha Pina.
Alberto Augusto Martins da Silva Andrade.
Alcides Strecht Monteiro.
Alfredo Fernando de Carvalho.
Amadeu da Silva Cruz.
Álvaro Monteiro.
António Alberto Monteiro de Aguiar.
António Barros dos Santos.
António Cândido Miranda Macedo.
António Carlos Ribeiro Campos.
António Chaves Medeiros.

António Duarte Arnaut.
 António Jorge Moreira Portugal.
 António Jorge Oliveira Aires Rodrigues.
 António José Pinheiro Silva.
 António José Sanches Esteves.
 António Magalhães da Silva.
 António Manuel de Oliveira Guterres.
 António Riço Calado.
 Armando dos Santos Lopes.
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha.
 Beatriz Almeida Cal Brandão.
 Bento Elísio de Azevedo.
 Carlos Alberto Andrade Neves.
 Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira.
 Carlos Manuel da Costa Moreira.
 Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.
 Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes.
 Fernando Jaime Pereira de Almeida.
 Fernando Reis Luís.
 Fernando Tavares Loureiro.
 Fernando Luís de Almeida Torres Marinho.
 Florêncio Joaquim Quintas Matias.
 Florival da Silva Nobre.
 Francisco António Marcos Barracosa.
 Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto.
 Francisco Alberto Pereira Ganhitas.
 Francisco do Patrocínio Martins.
 Francisco Soares Mesquita Machado.
 Gualter Viriato Nunes Basílio.
 Herculano Rodrigues Pires.
 Herlander dos Santos Estrela.
 Jaime José Matos da Gama.
 Jerónimo Silva Pereira.
 João Francisco Ludovico da Costa.
 João Joaquim Gomes.
 João da Silva.
 Joaquim da Costa Pinto.
 Joaquim José Catanho de Meneses.
 Joaquim Oliveira Rodrigues.
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.
 José Borges Nunes.
 José Cândido Rodrigues Pimenta.
 José Ferreira Dionísio.
 José Gomes Fernandes.
 José Justiniano Tabuada Brás Pinto.
 José Luís do Amaral Nunes.
 José Manuel Niza Antunes Mendes.
 José Maria Parente Mendes Godinho.
 José Maximiniano de Albuquerque de Almeida Leitão.
 José dos Santos Francisco Vidal.
 Luís Manuel Cidade Pereira de Moura.
 Luís Abílio da Conceição Cacito.
 Manuel Barroso Proença.
 Manuel Francisco Costa.
 Manuel João Cristino.
 Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.
 Manuel Lencastre Meneses de Sousa Figueiredo.
 Manuel da Mata de Cáceres.
 Manuel Pereira Dias.
 Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.
 Rodolfo Alexandrino Susano Crespo.
 Rui Paulo do Vale Valadares.
 Sérgio Augusto Nunes Simões.
 Telmo Ferreira Neto.

Vasco da Gama Lopes Fernandes.
 Vítor Manuel Ribeiro Fernandes de Almeida.
 Vítor Manuel Ribeiro Constâncio.

Partido Popular Democrático (PPD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.
 Alvaro Barros Marques de Figueiredo.
 Amândio Anes de Azevedo.
 Amantino Marques Pereira de Lemos.
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo.
 Américo de Sequeira.
 António Augusto Gonçalves.
 António Augusto Lacerda de Queiroz.
 António Egídio Fernandes Loja.
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.
 António Joaquim Veríssimo.
 António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.
 António Júlio Simões de Aguiar.
 António Luciano Pacheco de Sousa Franco.
 António Moreira Barbosa de Melo.
 Arcanjo Nunes Luís.
 Eduardo José Vieira.
 Fernando Adriano Pinto.
 Fernando José Sequeira Roriz.
 Fernando José da Costa.
 Francisco Barbosa da Costa.
 Francisco Braga Barroso.
 Francisco Manuel Lumbrales de Sá Carneiro.
 Gabriel Ribeiro da Frada.
 Henrique Manuel de Pontes Leça.
 João António Martelo de Oliveira.
 João Gabriel Soeiro de Carvalho.
 João Lucílio Cacula Leitão.
 João Manuel Ferreira.
 Joaquim Jorge de Magalhães Saraiva da Mota.
 Jorge Manuel Moura Loureiro de Miranda.
 José Adriano Gago Vitorino.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 José António Nunes Furtado Fernandes.
 José Augusto Almeida de Oliveira Baptista.
 José Bento Gonçalves.
 José Ferreira Júnior.
 José Gonçalves Sapinho.
 José Joaquim Lima Monteiro Andrade.
 José Júlio Carvalho Ribeiro.
 José Manuel Menéres Sampaio Pimentel.
 José Rui Sousa Fernandes.
 José Manuel Ribeiro Sérvulo Correia.
 José Theodoro de Jesus da Silva.
 Luís Fernando Cardoso Nandim de Carvalho.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.
 Manuel da Costa Andrade.
 Manuel Henriques Pires Fontoura.
 Manuel Joaquim Moreira Moutinho.
 Manuel Sérgio Garcia Vila-Lobos Meneses.
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta.
 Nicolau Gregório de Freitas.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Olívio da Silva França.
 Pedro Manuel Cruz Roseta.
 Rúben José de Almeida Martins Raposo.
 Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.
 Sebastião Dias Marques.
 Vasco Valentim Baptista de Carvalho.
 Victor Hugo Mendes dos Santos.

Centro Democrático Social (CDS)

Alcino Cardoso.
 Alvaro Dias de Sousa Ribeiro.
 Ângelo Alberto Ribas da Silva Vieira.
 António Jacinto Martins Canaverde.
 António Simões da Costa.
 Carlos Alberto Faria de Almeida.
 Carlos Galvão de Melo.
 Carlos Martins Robalo.
 Diogo Pinto Freitas do Amaral.
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
 Emílio Leitão Paulo.
 Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.
 Francisco António Lucas Pires.
 Francisco Manuel Farromba Vilela.
 Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias.
 Henrique José Cardoso de Meneses Pereira de Moraes.
 João Carlos Filomeno Malhó da Fonseca.
 João Gomes de Abreu de Lima.
 João José Magalhães Ferreira Polido de Almeida.
 João Lopes Porto.
 João da Silva Mendes.
 José Cunha Simões.
 José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.
 José Luís Rebocho de Albuquerque Christo.
 José Manuel Macedo Pereira.
 José Vicente de Jesus de Carvalho Cardoso.
 Luís Esteves Ramires.
 Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos.
 Maria José Paulo Sampaio.
 Narana Sinai Coissoró.
 Nuno Kruz Abecasis.
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.
 Rui Fausto Fernandes Marrana.
 Ruy Garcia de Oliveira.
 Vítor Afonso Pinto da Cruz.
 Walter Francisco Durmester Cudell.

Partido Comunista Português (PCP)

Alvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 António Marques Matos Zuzarte.
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Carlos Hahnemann Saavedra de Aboim Inglês.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.
 Fernanda Peleja Patrício.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 Francisco Miguel Duarte.
 Georgete de Oliveira Ferreira.
 Hermenegilda Rosa Camolas Pacheco Pereira.
 Jaime dos Santos Serra.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 Joaquim Gomes dos Santos.
 José Manuel da Costa Carreira Marques.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Manuel de Paiva Jara.
 José Pedro Correia Soares.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Lino Carvalho de Lima.
 Manuel Duarte Gomes.
 Manuel Gonçalves.
 Manuel do Rosário Moita.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.

Nicolau de Ascensão Madeira Dias Ferreira.
 Raúl Luís Rodrigues.
 Severiano Pedro Falcão.
 Vital Martins Moreira.
 Victor Henrique Louro de Sá.
 Vítor Manuel Benito da Silva.

União Democrática Popular (UDP)

Acácio Manuel de Frias Barreiros.

O Sr. **Presidente**: — Estão presentes 211 Srs. Deputados. Temos quórum suficiente.

Está aberta a sessão.

Eram 15 horas e 30 minutos.

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados: Ao abrir esta sessão, e desejando que tivessem todos tido umas excelentes férias (o mesmo pudesse eu dizer!), aproveito para lhes desejar todas as felicidades, apresentar os meus respeitosos cumprimentos e pedir a vossa benevolência para a presidência que se vai seguir durante esta sessão, que há-de ser fatalmente diferente das outras pelo interesse nacional de que se reveste.

Igualmente endereço os meus cumprimentos à imprensa aqui presente, nossa colaboradora, e cuja missão todos nós reconhecemos ser da maior utilidade para o nosso país.

Desejo ainda cumprimentar o pessoal desta Assembleia e aguardar dele a mesma leal colaboração que até aqui me prestou e a todos nós no decurso das últimas sessões parlamentares.

Entretanto, durante as férias, Srs. Deputados, houve alguns acontecimentos em que intervim na qualidade de Presidente da Assembleia da República e que é meu dever dar conhecimento à Assembleia, a despeito de estar convencido de que toda ela já terá esse conhecimento.

Em primeiro lugar, a visita aos Açores, onde, em representação da Assembleia e acompanhando o Sr. Presidente da República, o Sr. Primeiro Ministro e o Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, tivemos o privilégio de assistir à inauguração da sua Assembleia Legislativa.

Foi uma viagem cheia de interesse, embora o regresso pudesse ter sido fatídico para todos nós, sobretudo para o País, porque houve uma negligência que podia ter sido grave. Felizmente não o foi, mas vamos ver se não repetimos estas viagens em comum das pessoas responsáveis pela orientação e pela vida do Estado.

Por outro lado, é também meu dever salientar a entrada de Portugal no Conselho da Europa. Pertencemos já ao Clube Europeu. Suponho que foi um grande triunfo da nossa Revolução e do nosso país, que me cumpre assinalar com o maior prazer.

Quero também dar-lhes notícia de que uma representação parlamentar se deslocou a Madrid para tomar parte na reunião da Assembleia Interparlamentar. Alguns Srs. Deputados, talvez distraídos com as suas férias, provavelmente não acompanharam o que se passou nessa reunião.

Trata-se de um organismo dos mais internacionais que existem no mundo. Recordo-lhes só que estavam

presentes 63 nações e isso implicou, nada mais nada menos, em 63 discursos.

Portugal foi admitido, em princípio, simplesmente como observador. E' perante o meu espanto e após uma intervenção muito curta que fiz no Conselho Executivo desse organismo, a pedido do mesmo Conselho, bastou essa minha intervenção, a minha presença como presidente da Assembleia e a circunstância de estar acompanhado pelos representantes dos partidos constitucionais para que, por aclamação, nós passássemos a pertencer como membros efectivos a essa Assembleia Interparlamentar.

Já pus o problema na Comissão Permanente. Fui apanhado de surpresa, como devem calcular. Não podia de maneira nenhuma tomar uma atitude negativa, mas ressalvei a minha posição dizendo que, a despeito de me encher de júbilo a circunstância de ver o meu país ser admitido por aclamação num organismo tão importante como este, teria de dar conta disso aos meus pares, que, nesse caso, seria a Comissão Permanente. Comuniquei o facto à Comissão, com o qual ela se rejubilou também. Da acta em que se tomou essa deliberação vai ser extraída uma cópia, que será enviada à Comissão dos Negócios Estrangeiros, para o que essa Comissão entender por conveniente. No entanto, independentemente da comunicação feita à Comissão Permanente, que funciona, como todos sabem, nos intervalos parlamentares como se fosse a própria Assembleia, não queria deixar de dar conhecimento a VV. Ex.^{as} E considero o vosso silêncio como uma espécie de ratificação da decisão do presidente e daquilo que deliberou a Comissão Permanente.

Finalmente, neste intróito, acho que é meu dever assinalar que ontem se comemorou mais um aniversário da implantação da República em Portugal.

Pareceu-me que era meu dever dizer umas curtas palavras sobre esse mesmo acontecimento, que considero dos mais transcendentes da nossa vida nacional, a despeito de ele ser conhecido pelos jornais através das diversas manifestações pelo País inteiro, nomeadamente em Lisboa.

Tenho a certeza dentro de mim de que a implantação da República em Portugal foi um acontecimento que ficou para sempre. Comemoramos 66 anos da existência da República no nosso país; é um facto irreversível, constitucionalmente reconhecido e aprovado (ia dizer quase que amado) por todo o povo português.

Queria invocar a memória dos homens que fizeram a República, dos que já morreram, daqueles que ainda sobrevivem — e ainda são alguns — e que virem ainda hora alta e magnífica da implantação da República em 5 de Outubro de 1910; prestar-lhes homenagem rendida do meu coração e da minha inteligência pela sua verticalidade, pelo seu grande amor à Pátria, pela sua dedicação sem limites à causa pública e pela sua honestidade. Nós hoje, se somos republicanos — e suponho que o somos todos —, devemos-lo em grande parte, se não totalmente, ao exemplo intemerato do idealismo dos homens que em 5 de Outubro de 1910 implantaram para sempre a República em Portugal. É este momento muito alto que eu queria assinalar perante VV. Ex.^{as}

Por outro lado, também me cumpre endereçar cumprimentos muito afectuosos ao Sr. Deshormes, Secretário-Geral da Assembleia do Atlântico, e a um Sr. De-

putado indiano que se encontra acompanhado por um funcionário da Embaixada na galeria destinada aos diplomatas nesta Assembleia.

Estão em aprovação os *Diários* n.ºs 18 a 24.

Alguma rectificação ou reclamação?

Pausa.

Considero-os aprovados.

Temos na Mesa um requerimento dirigido pelo Sr. Deputado Amaro da Costa, do CDS, ao Sr. Ministro das Finanças.

Um outro do Sr. Deputado Alberto Martins de Andrade, do Partido Socialista, dirigido ao Secretário de Estado da Energia e Minas.

Há um pequeno lapso que eu quero corrigir imediatamente. Não é possível nesta sessão lermos a vastíssima correspondência que temos e que será lida oportunamente nas sessões subsequentes.

Existe também um requerimento do Grupo Parlamentar do Partido Popular Democrático para que o Decreto-Lei n.º 701-B/76, de 29 de Setembro (regime eleitoral para a eleição dos órgãos das autarquias locais), seja sujeito à ratificação da Assembleia da República.

Do Grupo Parlamentar do CDS há um requerimento pedindo a sujeição a ratificação dos Decretos-Leis n.ºs 701-A/76 e 701-B/76, de 29 de Setembro, que estabelecem, o primeiro, as normas relativas à estrutura, competência e funcionamento dos municípios e das freguesias e o segundo o regime eleitoral para as eleições dos respectivos órgãos.

Foram apresentados os seguintes projectos de diplomas:

Um projecto de lei sobre a suspensão das expropriações de prédios rústicos da área da Reforma Agrária;

Um projecto de lei sobre a suspensão do aumento das contribuições e impostos decretado pelo VI Governo Provisório;

Um projecto de lei sobre o estatuto da oposição.

Por parte do Governo foram apresentadas duas propostas de lei: uma sobre criação de escolas normais infantis destinadas à formação de educadoras de infância e outra sobre a criação do sistema público de educação pré-escolar.

Através da sua leitura, admiti todos estes projectos e propostas de lei, que vão ser publicados e devidamente numerados e que baixarão às respectivas Comissões.

Portanto, quanto a este período de antes da ordem do dia, em matéria de comunicações nada mais tenho a dizer e vamos passar, se não houver qualquer pedido de esclarecimento, à intervenção dos Srs. Deputados inscritos para o período de antes da ordem do dia, que, como sabem, é de 10 minutos para cada intervenção. Haverá o beneplácito sempre de 1 a 2 minutos por parte do Presidente, mas gostaria que isso não acontecesse com frequência. O período durará uma hora, a não ser que seja prorrogado nos termos do Regimento.

Está inscrito em primeiro lugar o Sr. Deputado António Arnaut.

O Sr. António Arnaut (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Entre os acontecimentos que se verificaram durante a suspensão dos nossos trabalhos, cuja importância cada um graduará segundo a escala ética

da sua sensibilidade, quero hoje invocar dois. Faço-o por imperativo categórico de consciência e porque ambos os eventos se revestem do mais alto significado nacional, ilustrando uma época e emprestando-lhe verdadeira dimensão histórica e universal: refiro-me à concessão do Prémio Internacional de Poesia a Miguel Torga e à atribuição do prémio da Liga Internacional dos Direitos do Homem a Mário Soares.

É deveras expressivo, na sua simbologia e coincidência temporal para que um poeta e um político tenham sido premiados por fazer, cada um deles, à sua maneira, a Revolução, e ter sabido reservar — imaculada — dentro de si e dos outros a palavra-ideia Liberdade!

Miguel Torga, o indomável poeta da montanha, solitário mas firme como as fragas transmontanas, soube cantar, durante os negros anos da ditadura, «a via dolorosa de um povo inteiro», essa «nesga humana de um grande mapa humano», inconforme com o seu destino, sempre à espera da libertação, sempre à «espera de passar a fronteira do sonho proibido».

A sua voz era como um estertor da pátria traída, um grito de rebeldia arrancado ao chão nativo, esse círculo de gis permanentemente defendido contra ventos e marés, contra nós e incompreensões. A sua voz era, na angústia da nossa solidão, a grandeza austera ...

«Onde as pedras parecem ter vontade e nenhuma vontade desespera.

Um júri qualificado, constituído por dezanove poetas e críticos de catorze países diferentes, ouviu e compreendeu essa voz portuguesa e fez a Torga a justiça que nós ainda lhe devemos, atribuindo-lhe o galardão máximo da poesia internacional e alinhando-o, assim, com St. John Perse, Jorge Grillen e Leopold Senghor.

Por outro lado, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a prestigiosa Liga Internacional dos Direitos do Homem considerou Mário Soares como a personalidade que ao longo do acidentado ano de 1975 revelou maior firmeza e coragem na defesa dos direitos humanos.

O prémio concedido a Mário Soares será entregue em meados de Dezembro, na sede da Liga, em Nova Iorque, devendo assistir à cerimónia altas personalidades dos Governos das Nações Unidas que se distinguiram na defesa dos direitos do homem. Para se fazer uma ideia da importância da distinção bastará lembrar que ela foi atribuída a personalidades como U Thant, André Gromiko e Sakharov.

Estes prémios honram os nossos concidadãos, mas honram também a Pátria e a Revolução.

Ao apontar os exemplos de Miguel Torga e Mário Soares à juventude e ao povo, tenho a honra de propor que a Assembleia da República aprove os seguintes votos de congratulação:

Tendo sido atribuído ao poeta Miguel Torga o Grande Prémio Internacional de Poesia de 1976, das bienais internacionais de poesia de Knokke-Heist;

Sendo tal prémio o mais alto galardão de poesia;

Constituindo a distinção conferida um acto de justiça para uma das mais lúcidas, ricas e corajosas personalidades humanas e poéticas da literatura portuguesa de todos os tempos, cuja vida

tem sido, na sua verticalidade e grandeza, um verdadeiro magistério cívico:

A Assembleia da República, na sua primeira reunião após o notável evento, congratula-se pela atribuição do referido prémio, saudando o grande poeta Miguel Torga e exprimindo-lhe orgulhosamente a gratidão da Pátria.

Lisboa, 6 de Outubro de 1976. — O Deputado Socialista, *António Arnaut*.

Tendo sido atribuído a Mário Soares o prémio da Liga Internacional dos Direitos do Homem pela sua firmeza e coragem na defesa dos direitos humanos;

Constituindo tal prémio uma alta distinção que honra não só o premiado mas também a Pátria e a Revolução:

A Assembleia da República, na sua primeira reunião após a justa consagração, congratula-se pelo prémio atribuído a Mário Soares e exprime-lhe o seu reconhecimento.

Lisboa, 6 de Outubro de 1976. — O Deputado Socialista, *António Arnaut*.

O Sr. Presidente: — Como é do conhecimento de VV. Ex.^{as}, quanto aos votos de congratulação poderá haver intervenções de 5 minutos e poderão eles ser aprovados em separado se a Assembleia assim o entender.

Está aberta a inscrição para intervenções a respeito destes votos de congratulação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Nós propúnhamos que os votos fossem submetidos à votação separadamente.

O Sr. Presidente: — Pois muito bem.

Vamos então votar, visto que não há inscrições ...

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente: Tencionava fazer uma declaração de voto, mas posso desde já antecipar a nossa posição, se me permitir, uma vez que já anunciou a votação.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quanto à atribuição do Grande Prémio de Poesia a Miguel Torga e à proposta de voto de congratulação que aqui é feita, não temos nada a objectar. Aprovamos o voto de congratulação.

Mas quanto ao voto de congratulação que é proposto relativamente à atribuição do Prémio a Mário Soares, teríamos algumas considerações a fazer. Independentemente do fundo da questão a que se reporta o voto de congratulação, independentemente da consideração pessoal que cada um de nós possa ter sobre a figura de Mário Soares, entendemos que não é processo recomendável que esta Assembleia, que, entre outros, tem o poder de fiscalização dos actos do Governo, comece a aprovar moções de congratulação sobre vultos do Governo, o que pode originar na opinião pública equívocos acerca das rela-

ções desta Assembleia com o Executivo. Por isso, quanto a este segundo voto de congratulação a nossa posição será abstenção.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pena.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do CDS deseja regozijar-se com a iniciativa tomada pelo PS de vir consagrar e recordar nesta Assembleia a figura enorme de Miguel Torga.

Miguel Torga é fundamentalmente, como disse o Deputado António Arnaut, o poeta do povo, o poeta do povo libertado, o poeta que vive o povo e dentro do povo, sente o povo e a sua alma, é o próprio povo. Daí que seja por natureza o verdadeiro poeta português, o maior poeta português deste momento. O CDS, no exercício do mandato que lhe foi conferido por grande parte desse mesmo povo, deseja, e pede licença ao PS para o fazer, subscrever, em termos de homenagem, a moção de congratulação, que a Assembleia, estou certo, vai votar por unanimidade a favor de Miguel Torga.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Barbosa de Melo, tenha a bondade.

O Sr. Barbosa de Melo (PPD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD) — *(risos da bancada do PS)* — vai apoiar os dois votos de congratulação apresentados pelo Sr. Deputado António Arnaut.

Dois votos diferentes, dois votos com razões e objectivos diferentes e que implicam, da nossa parte, também duas tomadas de posição diferentes. Quanto ao voto relativo ao galardão atribuído a Miguel Torga não temos dúvidas nenhuma de que ninguém neste país poderá confundir aqui a política com a expressão, eventualmente mais nobre, da arte literária e da força da interpretação de todo o sentir e pensar de um povo que Miguel Torga soube traduzir em belas formas literárias.

O Sr. Pedro Roseta (PPD): — Muito bem!

O Orador: — Quanto ao voto sobre o galardão atribuído a Mário Soares, o meu partido quer dizer o seguinte: apoia esse voto porque se congratula com a atribuição do prémio ao cidadão que é Mário Soares, ao lutador que é Mário Soares, e isso não nos inibe, aqui nesta Assembleia, de exercer toda a crítica democrática sobre o Primeiro-Ministro e os seus actos. Uma coisa é o Primeiro-Ministro, outra o cidadão Mário Soares, que pelo seu comportamento foi honrado deste modo e muito justamente. É este o sentido em que votaremos os dois votos propostos ao Plenário.

Vozes do PS e PPD. — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Acácio Barreiros, tenha a bondade.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — A UDP não tem nada a opor ao primeiro voto em relação ao galardão atribuído a Miguel Torga, mas em relação ao segundo

voto vamos opor-nos, e não tanto pelas considerações pessoais em relação ao Dr. Mário Soares mas pelo próprio tipo de galardão, pois até nem é um grande elogio receber um galardão que já foi atribuído a um homem como Gromyko.

Risos.

Mas não só, pois também é sintomático que tal galardão seja atribuído numa altura em que, no nosso entender, o Dr. Mário Soares está à frente de um Governo que nem sequer cumpre o próprio programa do PS e que pelo conjunto de medidas até agora tomadas e a que numa próxima oportunidade nos referiremos talvez justifique afinal que lhe seja atribuído um galardão por quem já o atribuiu a André Gromyko.

O Sr. Presidente: — Mais algum Sr. Deputado deseja usar da palavra?

Pausa.

Vamos votar o primeiro voto de congratulação, quanto ao poeta Miguel Torga.

Submetido à votação, foi aprovado por aclamação, com toda a Assembleia de pé.

O Sr. Presidente: — Vamos votar agora o voto de congratulação referido ao Sr. Dr. Mário Soares.

Submetido à votação, foi aprovado, com 1 voto contra (UDP) e 33 abstenções (PCP), tendo os Deputados do PS aplaudido a aprovação do voto.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Para quem tivesse dúvidas acerca da nossa advertência de que a política do Ministério da Educação e Investigação Científica se viria a traduzir inevitavelmente numa política de direita, a acção do Ministro da Educação Sottomayor Cardia tem-se encarregado de as desiludir completamente.

É certo que, neste sector, a própria letra do Programa do Governo apresentado à Assembleia — com a leitura de direita que fazia da situação do ensino e com as equívocas propostas que adiantava — não deixava margem para grandes dúvidas. O aplauso espontâneo e irrestrito e até a invocação da paternidade que o CDS e o PPD lhe tributaram não eram imerecidos. E também é certo que as declarações do titular da pasta, Sr. Ministro Sottomayor Cardia, em resposta às objecções aqui levantadas, nomeadamente por Deputados do PCP, não podiam ser acusadas de equívocas. Mas também é justo pôr em relevo que em menos de dois meses de governo o Sr. Ministro Sottomayor Cardia fez mais do que jus às nossas preocupações e críticas e aos aplausos da direita.

O balanço da acção do Ministério até esta altura é por de mais evidente:

Vasta depuração antiprogressista dos quadros do Ministério e dos serviços autónomos dependentes do Ministério;

Eliminação ou suspensão de serviços e estruturas criados após o 25 de Abril para dinamizar ou

compensar a máquina do Ministério da Educação Nacional do fascismo e os objectivos que ele prosseguia;

Depuração de programas e de *curricula* criados após o 25 de Abril para eliminar a ideologia fascista ou para ligar a escola à comunidade, em alguns casos programas e *curricula* instituídos sob responsabilidade de membros do Governo socialistas;

Ofensiva contra a unificação do ensino secundário e contra a gestão democrática das escolas, duas das principais conquistas do 25 de Abril no sector do ensino;

O Sr. Jaime Gama (PS): — Não apoiado!

O Orador: — Já sabia, Sr. Deputado, que não concordava com a unificação do ensino secundário e com a gestão democrática das escolas.

O Sr. Jaime Gama (PS): — É falso.

O Orador:

Um marcado autoritarismo administrativo, mediante decisões não explicadas publicamente, sem qualquer consulta aos interessados, através de despachos mais ou menos secretos ou de notas oficiosas mais ou menos ameaçadoras;

Partidarização monolítica do aparelho do Ministério e dos seus serviços, com escandalosas manifestações de discriminação ideológica e partidária, de favoritismo e até de nepotismo mais flagrante.

Cabe aqui uma referência às depurações dos quadros do Ministério, onde as exonerações por mero despacho, invocando «conveniência de serviço, se sucedem a ritmo impressionante. Contam-se por muitas dezenas os funcionários afastados dos seus postos, desde pedagogos e técnicos de prestígio geralmente reconhecido, até simples funcionários administrativos. Acusados de autores ou executantes de uma política incompatível com a do Ministro, trata-se em geral de pessoas, sobejamente conhecidas pelas suas posições progressistas, pela sua dedicação à transformação do ensino, pela sua participação activa nas transformações realizadas a seguir ao 25 de Abril.

Tem-se invocado uma questão de confiança política com o Governo. O Governo tem invocado a confiança para demitir e substituir os governadores civis, para demitir e substituir os directores-gerais dos Ministérios e os funcionários superiores dos serviços. Vá que não vá, compreende-se pelo menos a preocupação. Mas se o Ministério da Educação e Investigação Científica pretende transformar numa questão de confiança política as direcções das escolas, os reitorados das Universidades e os dirigentes de todos os serviços autónomos do Ministério, cabe perguntar até onde é que vai a questão da confiança política do Governo e se não iremos até ao ponto de qualquer funcionário do Estado ser transformado em dependente directo de uma relação de confiança com o Governo.

Os resultados da política de direita do Sr. Ministro Sottomayor Cardia estão à vista e encontram cada vez mais a resistência das escolas, dos professores, dos estudantes e das forças progressistas.

A política do MEIC ameaça criar no sector do ensino graves situações de perturbação e de instabilidade favorecedoras da recuperação das posições da direita reacçãoária nas escolas e na definição e execução da política do ensino.

O Sr. Ministro Sottomayor Cardia pode eventualmente confortar-se nos apoios que lhe prodigalizam o PPD e o CDS, e todas as forças reacçãoárias, os aplausos do *Tempo*, do *Dia*, do *Jornal Novo* ou da *Rua*. Mas o Sr. Ministro Sottomayor Cardia não pode esperar da parte das forças progressistas nem a concordância nem a aceitação da sua política sectária, das suas medidas antipopulares.

Vozes do PS: — Não apoiado!

O Orador: — Ao contrário do que parece ser o objectivo do Sr. Ministro Sottomayor Cardia, essas forças não querem o regresso das escolas portuguesas a 24 de Abril.

O Sr. Ministro Sottomayor Cardia pode pisar aos pés o programa de ensino do Partido Socialista e tentar realizar ponto por ponto os programas de ensino do PPD e do CDS. Essa é uma questão que interessa principalmente os membros, militantes e apoiantes do PS, não nos compete a nós velar pela execução do programa do PS.

Mas já não nos é indiferente que o Sr. Ministro Sottomayor Cardia tripudie sobre a Constituição e ignore os princípios constitucionais a que há-de obedecer toda a política do ensino.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: a política do Ministro da Educação, Sottomayor Cardia, de destruição sistemática das conquistas do 25 de Abril no campo do ensino...

O Sr. João Gomes (PS): — Não apoiado!

O Orador: — ... e a sua concepção eminentemente autoritária na gestão do Ministério teve recentemente uma expressão qualificada na exoneração do reitor e do vice-reitor da Universidade de Coimbra.

O processo da demissão do Prof. Teixeira Ribeiro e vice-reitor Joaquim Gomes Canotilho caracteriza uma política, qualifica um Ministro.

(Vozes de protesto da bancada do PS.)

A demissão do reitor é feita pela calada das férias escolares, sem qualquer consulta aos órgãos de gestão democrática da Universidade.

O Sr. João Gomes (PS) — Como vocês faziam.

O Sr. Presidente: — Peço a atenção dos Srs. Deputados.

O Orador: — O reitor demitido encontrou-se com o Ministro apenas para receber a comunicação oficial da sua demissão. Vira protelado o pedido de entrevista com o Ministro, para tratar de assuntos da Universidade, pendente desde havia semanas. Entretanto, o Ministro empenhava-se, no maior segredo, nas diligências para encontrar um substituto.

O poder formal de demitir e nomear os reitores das Universidades encontrou-o o Ministro na legislação fascista sobre o estatuto da Universidade, na parte

ainda não formalmente revogada. O Ministro, porém, não se limitou a seguir a letra do estatuto fascista da Universidade; seguiu também com uma fidelidade digna de registo o seu espírito.

O Ministro da Educação ignorou, porém, alguns dados fundamentais do problema. Ignorou, nomeadamente, que o reitor Teixeira Ribeiro não devia o seu reitorado a uma nomeação governamental; que o reitor Teixeira Ribeiro, quando foi formalmente nomeado pelo I Governo Provisório, já o era, desde 26 de Abril de 1974 — primeiro como o mais antigo dos professores antifascistas, depois porque confirmado por assembleia magna da Academia de Coimbra realizada nos princípios de Maio, reunindo estudantes, professores e funcionários. E o mesmo aconteceu com os vice-reitores escolhidos, que só foram nomeados após concordância da Associação Académica de Coimbra e direcções das Faculdades, tendo mesmo um deles sentido a necessidade de se demitir após manifestação de desconfiança da direcção da Associação Académica de Coimbra. Desde o seu acesso ao cargo, o reitor e os vice-reitores não foram objecto de qualquer manifestação de desconfiança por parte das estruturas democráticas da Universidade de Coimbra que o haviam escolhido.

Quando o Ministro Sottomayor Cardia resolveu demitir o reitor Teixeira Ribeiro, não estava, pois, a utilizar os mesmos poderes do Ministro que o havia nomeado. Este limitou-se a formalizar uma autêntica designação do reitor pela Universidade. O Ministro Cardia, esse, pelo contrário, atropelou frontalmente a vontade da Universidade de Coimbra e procurou sobrepor a uma designação democrática uma designação administrativa e autoritária.

A resposta não se fez esperar. Os órgãos de gestão das Faculdades, eleitos, compostos de professores, estudantes e funcionários, num base paritária, opuseram-se todos eles à exoneração do reitor. A direcção da Associação Académica de Coimbra tomou idêntica posição. A assembleia magna dos estudantes deliberou, por esmagadora maioria, não aceitar a decisão do Ministro.

Para justificar a demissão do reitor Teixeira Ribeiro, o Ministro Sottomayor Cardia não encontrou outro esclarecimento senão o de que não existe qualquer ponto de contacto entre as ideias do reitor e a política universitária do Governo. O Ministro não se deu ao trabalho de explicitar nem uma nem outra das concepções. É pois lícito concluir que a política universitária do Governo é em tudo contrária à do reitor. E qual tem sido esta?

Na sua história multissecular, nunca, como nos últimos dois anos, a Universidade de Coimbra pôde sintonizar com as revoluções portuguesas. Ressaltando casos muito contados de professores seus, a Universidade de Coimbra foi sempre um esteio de reacção a todos os movimentos progressistas.

O Sr. António Campos (PS): — Isso é verdade! Isso é verdade!

O Orador: — O fascismo fez dela um instrumento ...

O Sr. Presidente: — Chamo a atenção dos Srs. Deputados para as interrupções ao orador. E também chamo a atenção do Sr. Deputado que está no uso da

palavra de que já passaram dois minutos sobre a hora regimental.

O Orador: — Sr. Presidente, estou a terminar. Solicito apenas um desconto em relação às interrupções de que fui objecto.

(Risos).

O fascismo fez da Universidade de Coimbra um instrumento fundamental da sua reserva ideológica e de fonte de quadros. Basta enumerar o número dos seus professores que ocuparam cargos ministeriais durante o regime de Salazar e Caetano ou nas estruturas político-económicas do regime.

Foi isso que terminou em 25 de Abril. Durante estes dois anos a Universidade de Coimbra não só não foi um instrumento reaccionário, como se integrou activamente no movimento revolucionário. Sanearam-se estruturas e elementos fascistas; criaram-se estruturas de gestão democrática; criaram-se novos elementos de renovação pedagógica e curricular; a Universidade deixou de ser instrumento de governo para passar a estar directamente ao serviço do País.

Em todo este processo teve importante papel a figura do reitor Teixeira Ribeiro, tal como já o tivera antes do 25 de Abril na resistência ao domínio fascista na Universidade.

Não seria necessário recordar aqui isto, não fora o facto de professores da Universidade de Coimbra que antes do 25 de Abril nunca contestaram esse domínio, antes com ele colaboravam, não tivessem surgido a terreiro agora, arvorados em inesperados democratas a aplaudir a medida do Sr. Ministro Cardia.

Não seria necessário recordar aqui isto, se a medida do Sr. Ministro Cardia não tivesse sido acompanhada por uma vasta operação de cobertura das forças políticas de direita e dos seus órgãos oficiosos, em que se não hesitou na mentira mais vil, na deturpação mais desonesta, no ataque mais soez, contra o reitor Teixeira Ribeiro ...

O Sr. Raul Rego: — É falso! É falso!

O Orador: — ... tudo isto perante o silêncio indigno.

O Sr. João Gomes (PS): — Provocador!

Trocam-se protestos vigorosos entre Deputados do PS e do PCP.

O Sr. Presidente. — Peço o favor aos Srs. Deputados de me ouvirem.

Os Srs. Deputados têm direito — sabem que o têm, melhor do que eu — de se inscreverem na altura que entendam para usar da palavra no período de antes da ordem do dia. Peço o favor de não interromperem o orador. Chamo também a atenção do Sr. Deputado Vital Moreira, porque, por mais boa vontade que haja da minha parte, mesmo contando com as interrupções que foram feitas, já esgotou o tempo. Peço-lhe, pois, o favor de concluir as suas considerações.

O Orador: — Falta meia página, Sr. Presidente. É meio minuto.

Tudo isto, dizia eu, perante o silêncio indigno daqueles que não deviam pactuar com os métodos de

caça à bruxa e de «assassinio de carácter» metódico, tipicamente fascistas.

O Sr. António Campos (PS): — Olha, olha!

O Orador. — De resto, perante esta campanha, como compreender a críptica justificação do Sr. Ministro Cardia feita a um semanário segundo o qual não revelava pormenores de demissão por lhe competir defender — cito — «o bom nome dos seus funcionários». Não seria conveniente que alguém advertisse o Sr. Ministro Sottomayor Cardia de duas coisas muito simples? A saber: 1.º Que o Sr. Ministro não é proprietário ou possuidor dos funcionários públicos — estes são funcionários do Estado e não do Governo, deste ou daquele Ministro; 2.º Que as Universidades não são serviços directamente dependentes do MEIC, e gozam pelo menos de autonomia administrativa que o 25 de Abril tornou indiscutível.

Sob o reitorado do Prof. Teixeira Ribeiro, a Universidade de Coimbra pôde renovar-se, reconstruir-se e funcionar regularmente, durante estes dois anos, sem as soluções de continuidade que atingiram outras escolas superiores. A gestão democrática das escolas implantou-se decisivamente. A contra-ofensiva da direita dentro da Universidade foi contida. Ao tentar demitir o reitor, o Sr. Ministro Sottomayor Cardia torna-se responsável pelas situações de perturbação da vida académica que a sua medida possa provocar. Nenhum professor de sentimentos democráticos aceitará substituir o reitor demitido contra a vontade das estruturas democráticas da Universidade.

E o reitor da Universidade de Coimbra pode continuar a dizer como disse em Dezembro de 1974, na tomada de posse dos vice-reitores Andrea Cabrée Rocha e Carlos Alberto Mota Pinto:

Está connosco a grande maioria dos estudantes e dos docentes; está connosco a apoiar-nos, lá fora, o povo que se viu liberto em 25 de Abril. Que mais haveríamos de ambicionar para nos sentirmos confortados?

Tenho dito.

Aplausos do PCP e de alguns assistentes das galerias.

O Sr. Presidente: — Os senhores que se encontram na galeria ficam terminantemente avisados de que, à primeira manifestação que houver, embora possa cometer alguma injustiça, serei obrigado a mandar evacuar a galeria.

A galeria não se pode manifestar; tem de estar silenciosa. As críticas ao que se passa nesta Assembleia podem ser feitas livremente neste país pelos meios adequados.

Espero que estas minhas palavras sejam suficientes para não me obrigarem a praticar qualquer coisa que, a despeito de ser o cumprimento do meu dever, pode ferir a minha sensibilidade e a minha maneira de ser.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Macedo.

O Sr. António Macedo (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Subo a esta tribuna para assinalar alguns acontecimentos que reputo de projecção nacional e de que fui um dos intervenientes, modesto participante ou testemunha, ocorridos durante os escassos meses de interregno dos trabalhos desta Assembleia da República.

Faço-o por modo aligeirado e desprezioso, pois sobretudo me guia o propósito de registar para a memória dos homens e para o historial desta Casa a notícia ou o breve relato ou comentário desses notáveis acontecimentos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A minha presença em Luanda, acompanhado dos camaradas Tito de Moraes e Rui Mateus, revestiu-se de um alto significado político, em resultado da natureza e da importância das conversações efectuadas com os mais destacados elementos do MPLA, com saliência para o seu presidente (que também o é da República Popular de Angola), António Agostinho Neto, o secretário-geral Lúcio Lara e outros qualificados membros do *bureau* ou *comité* central, como Lopo do Nascimento e José Eduardo dos Santos (que ocupam os cargos de Primeiro-Ministro e de Ministro das Relações Exteriores).

O carácter amistoso e de cordialidade, que foi sempre o clima natural em que se processaram as trocas de impressões e se debateram os problemas de interesse comum, tornou possível a rápida conclusão de um acordo, traduzido num comunicado conjunto, do conhecimento público, firmado pelas delegações do Partido Socialista e do Movimento Popular para a Libertação de Angola.

Como já foi notado, e bem, uma vez mais o Partido Socialista serviu de ponte e de batedor nas nossas relações internacionais.

Os que estavam ou continuaram alheios (esses, sim, os distraídos ou cronistas de salão ...) ao vasto, complexo e delicado contencioso, existente entre Portugal e a sua ex-colónia, por certo não abrangeram, em toda a sua plenitude, os efeitos salutares que, a curto e a médio prazos, vão colher-se da normalização das relações entre os dois povos, na base de compromissos e regras que se fixaram no acordo celebrado.

Aspectos humanos e relacionados com as situações pessoais, em alguns casos com incidências graves, de portugueses em Angola e de angolanos em Portugal, ao lado de questões respeitantes a confiscos, salvaguarda de bens e valores, de troca de produtos, de intensificação de actividades e comércios, para além da assistência de grupos de trabalho e de uma desejável cooperação técnica, foram objectivos e metas definidos e a atingir.

Os que se apostarem, com espírito patriótico, na missão de clarificar problemas e encontrar pontos de convergência e de apoio para uma política de boa vontade e interajuda, prestarão um serviço inestimável aos dois países.

É necessário que não voltem a ensombrar-se as relações Angola-Portugal por determinantes puramente ideológicas ou mero caprichismo sectário, em particular de uma imprensa irresponsável, de costas voltadas para as realidades e sem respeito pela independência de um povo livre e de um Estado soberano.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Permitam-me que, desta tribuna, recorde e agradeça as muitas atenções e provas de afeição recebidas do Presidente Agostinho Neto, querido amigo a quem me ligam laços de fraternal estima, e a quem tive a honra de significar a grande admiração devida ao camarada que da resistência e da guerrilha do MPLA

ascendeu ao posto cimeiro de Presidente da República Popular de Angola.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em representação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e integrado na caravana da TAP, no seu voo inaugural da carreira Lisboa-Caracas, foi-me dada a feliz oportunidade de ser portador de uma mensagem pessoal, de amizade, consideração e apreço, do Primeiro-Ministro Mário Soares para o Sr. Presidente da República da Venezuela, Carlos Andrés Perez.

A minha estada em Caracas proporcionou-me encontros e contactos de muito relevante e significativa expressão política, de que destaco os realizados com Rómulo Bettencourt, presidente honorário do partido governamental Acção Democrática, e que fora presidente constitucional da Venezuela no período de 1959 a 1964, e com Luís Piñerua Ordaz, secretário-geral, e admitido como provável sucessor de Carlos Perez.

Das conversações que mantivemos, ficou-me a certeza de que vão estreitar-se os laços de solidariedade entre os dois partidos irmãos (Partido Socialista e Acção Democrática), com os desejados reflexos entre os dois povos, nas suas relações diplomáticas, culturais e de expansão comercial.

Com Rómulo Bettencourt, esclarecido e sagaz estadista, profundo conhecedor da política mundial, e com Piñerua Ordaz, dinâmico e lúcido homem público — ambos cheios de interesse e simpatia pela revolução portuguesa em curso —, foram consideradas as perspectivas e os meios positivos do auxílio venezuelano, a concretizar em negociações oficiais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Acção Democrática que foi fundada por Rómulo Bettencourt há trinta e cinco anos, é o partido político mais privilegiado pelo povo da Venezuela e conta entre os seus membros as figuras mais destacadas na luta contra o anterior fascismo, que ferozmente a perseguiu.

No átrio de entrada da sede da Acção Democrática, e perante a galeria de retratos de um grupo de militantes, rendi a minha homenagem àqueles que, no período da clandestinidade, foram mortos nas prisões, nos exílios ou em acidentes misteriosos.

Sabido que na Venezuela trabalham mais de 300 000 portugueses, que, com os seus familiares e agregados, atingem um total de cerca de 800 000, compreender-se-á a emoção e o orgulho que senti ao ouvir da boca do ilustre Presidente da República Carlos Andrés Perez as mais lisonjeiras referências à conduta da nossa comunidade de emigrantes, pelas suas apreciáveis qualidades de trabalho e de consciência cívica.

Assim, uma vibrante e enternecida saudação desta tribuna eu dirijo aos trabalhadores portugueses que, com o pensamento na Pátria distante — como me confidenciaram —, labutam em terras da Venezuela, honrando as virtudes e tradições do povo português.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A propósito, é de sublinhar que foram de emigrantes portugueses que partiram as patrióticas iniciativas de, em Cela Velha e em Ponte de Lima, se erigirem monumentos à memória de dois devotados e exemplares combatentes antifascistas — o general Humberto Delgado e o general Norton de Matos, ambos candidatos pela Oposição Democrática à Presidência da República, durante a negra e tenebrosa noite do fascismo.

Foram abnegados emigrantes que deram essas admiráveis lições de civismo, enquanto se aguardam as consagrações nacionais que se impõem, mas que ainda não houve tempo de promover, enredados como temos estado em disputas menores e nalouvaminha de heróis de pés de barro ou de figuras mediocres de duvidosa compleição revolucionária.

Humberto Delgado foi um símbolo!

O povo português ainda hoje o invoca e o sente a seu lado, solidário com as suas esperanças e as suas desventuras.

Um companheiro e um amigo!

O seu penar pelo exílio e a sua morte traiçoeira e trágica mais avultaram a figura quase lendária de Humberto Delgado.

Em Cela Velha, uma multidão de milhares de pessoas comigo fez coro a reclamar justiça para o general assassinado pela PIDE.

Desta tribuna, trago a esta Casa de homens livres, eleitos pelo povo, o eco dos gritos soltados em Cela Velha, com a veemência do companheiro de luta que eu fui do homem intemerato que crismei de general sem medo — justiça para Humberto Delgado!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Em Ponte de Lima, terra onde nasceu e se encontra sepultado, ergueu-se na principal praça pública, em dia do povo em festa, o busto de Norton de Matos — exemplar servidor da liberdade, da democracia e de Portugal, em todos os altos postos que ocupou, como parlamentar, Ministro da Guerra, Alto Comissário da República de Angola, embaixador em Londres, etc.

Em qualquer destes sectores, Norton de Matos deixou uma obra meritória e notável, credora dos maiores louvores, e que depois foi acrescentada em prestígio e dignidade como grão-mestre da Maçonaria, presidente do Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF), e, por fim, como candidato à Presidência da República, fazendo frente, com uma coragem «indomada e indomável», ao ditador Salazar e a todos os seus esbirros.

Fui soldado deste destemido general — que mais cidadão comum ele era —, cooperei na sua campanha cívica, pertenci às suas hostes de choque e de apoio, pelo que pude apreciar e admirar o garbo das suas atitudes e o vigor e a excelência do seu comando.

Norton de Matos era um autêntico e portentoso homem de Estado de rara envergadura.

Como o fiz em Ponte de Lima, também nesta tribuna me curvo, respeitosamente, em homenagem a esse extraordinário e «grande português» que foi Norton de Matos.

O Sr. António Reis (PS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pres-tes a finalizar, e porque o tempo me não sobeja, mais um par de acontecimentos afins, na brevidade de um relato sumário, aqui deixo marcado com pedras brancas, em seguimento dos votos já expressos por esta Assembleia.

Foi, por um lado, o Prémio Internacional de Poesia conferido ao poeta Miguel Torga, artista onde se entroncam as raízes da mais humana, eterna e universal compreensão do homem e do seu mundo.

Irmão do montanhês do campónio e de toda a arraia-miúda, Miguel Torga, poeta de forte personalidade, nunca atraçou as suas origens, com o fascínio e o sortilégio da sua arte.

Bem mereceu que os seus iguais o brindassem como um dos maiores da poesia.

Foi, por outro lado, o honroso galardão que a Liga Internacional dos Direitos do Homem atribuiu ao cidadão Mário Soares para distinguir e premiar a sua inquebrantável «valentia moral», a sua persistência e intrepidez na luta antifascista, erguendo bem alto as bandeiras da liberdade e da democracia, fiel ao seu ideário de dignificação do homem, tendo em mira o progresso, a paz, a justiça, a harmonia social.

Preso, deportado ou no exílio, o cidadão Mário Soares foi sempre um democrata sincero, idêntico a si próprio, cidadão na trincheira de um duro combate de todos os dias pela libertação do povo português.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Por fim, uma palavra de viva congratulação por Portugal passar a ter assento no Conselho da Europa, acontecimento também de transcendente alcance político e histórico.

Na pessoa do Ministro Medeiros Ferreira, receberam os Portugueses o testemunho de fraterna solidariedade para com a renascida democracia portuguesa, que voltou a ocupar no mundo um lugar de vanguarda.

Portugal, pioneiro que foi da civilização, inserido como está na Europa progressista, determinado firmemente a consolidar a democracia que conquistou, ocupa por direito próprio o seu lugar no Conselho.

Pela minha voz, a bancada socialista nesta Assembleia, com imenso júbilo, saúda os parceiros e camaradas do Conselho da Europa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É com estes «pedras vivas» (na expressão de António Sérgio) que se constrói e dignifica uma pátria e se escreve para a História as páginas que merecem ser lidas.

Não foi grande mérito ter carreado essas «pedras» para reforçar os alicerces desta Casa. Mas foi com devoção e entusiasmo que o fiz, no cumprimento de um mandato que me outorgou o povo português.

Tenho dito.

Aplausos dos Deputados do PS.

O Sr. Presidente: — Foram dez minutos matematicamente preciosos.

Chega-me aqui à Mesa a notícia de que o Sr. Deputado Sá Carneiro gostaria de ler um requerimento do seu Grupo Parlamentar, para apreciação do Decreto-Lei n.º 701-B/76, de Setembro, bem como do Decreto-Lei n.º 701-A/76 ...

O Sr. Sá Carneiro (PPD): — Não é isso.

O Sr. Presidente: — Faça V. Ex.ª o favor de esclarecer, pois a informação que me chegou foi esta.

O Sr. Sá Carneiro (PPD): — Não, Sr. Presidente. Pedi a palavra para apresentar um projecto de lei, nos termos do artigo 90.º do Regimento.

O Sr. Presidente: — Nesse caso, o Sr. Deputado pode apresentar o projecto de lei.

O Sr. Sá Carneiro (PPD): — Deve haver mais oradores inscritos no período de antes da ordem do dia. Pelo Regimento, salvo erro, o uso da palavra para apresentar projectos de lei segue-se ao uso da palavra no período de antes da ordem do dia.

O Sr. Presidente: — É efectivamente na ordem do dia.

Vamos então continuar com os oradores inscritos. Suponho que teremos tempo. Mas, se não houver tempo, os Srs. Deputados podem requerer a prorrogação.

O Sr. Deputado a seguir inscrito é o Sr. Deputado Olívio França.

Tenha a bondade.

O Sr. Olívio França (PPD): — Em sessão solene, presidida pelo Sr. Presidente da República, comemorou-se mais um aniversário do 5 de Outubro. Pareceu-me que nesta Assembleia deve ficar assinalado este 5 de Outubro, que é pela primeira vez comemorado em liberdade, desde que se criaram as estruturas democráticas que permitiram a existência do I Governo Constitucional.

O 5 de Outubro foi uma extensão no tempo da revolta de 31 de Janeiro no Porto.

As monarquias constitucionais tinham representado uma tentativa de conciliação entre a velha sociedade aristocrática, até então caracterizada pelo poder absoluto dos reis, e a força revigorante do povo, sem heráldica nem privilégios, mas que se propôs atingir uma predominante intervenção nas estruturas do Estado e na direcção política e económica da nação, dadas as forças explosivas que a ciência criara e que tivera como consequência a grande revolução industrial no mundo. Nem sempre as monarquias cumpriam esse estatuto pragmático de concordância e foram evidentes na Europa as vertigens de regresso do poder real, que se não conformava com a transformação do seu antigo poder no de simples moderador na acção governativa.

Essa querela, aqui em Portugal, acabou por se decidir em 5 de Outubro, e o rei, quase sem luta, tomou o caminho do exílio.

Mas as revoltas de 31 de Janeiro e de 5 de Outubro, acima dessa ideia de terminar com essa fórmula transaccional, tiveram um sentido mais profundo: o povo tentava de algum modo reencontrar na ajuda da sua história uma nova época dourada; e, sedento de novas soluções na formulação democrática do Estado e de um viver mais ajustado à segurança e à justiça, procurava encontrar bases sólidas de sobrevivência à pátria, já que no desenrolar dos séculos ela fora devastada pela árdua tarefa dos Descobrimentos.

Enfraquecida com a perda quase total do comércio do Oriente, e por fim mergulhada na tragédia da destruição temporária da independência nacional em 1580, não mais vira uma nova época de florescência, com excepção de um ou outro relampejar traduzido pela restauração, pelo pequeno renascimento pombalino e pela acção heróica das milícias populares contra as hordas napoleónicas que expulsámos, ajudados pelos ingleses, mas sem que na Convenção de Sintra nos fizessemos restituir dos largos tesouros saqueados

por toda a terra portuguesa, que, já pobre, mais empobrecida ficou ainda.

E assim humilhados entrámos no século XIX com o tacão de Beresford a substituir a polaina imperial de «El-Rei Junot».

Em busca da esperança, Manuel Fernandes Tomás, José Ferreira Borges e José da Silva Carvalho tomaram a chefia da revolução liberal que rebentara no Porto em 24 de Agosto de 1820 e donde surgiram as primeiras constituintes portuguesas. Mas bem cedo, a pretexto de uma legitimidade dinástica, a batalha liberal foi reacesa nas suas verdadeiras intenções entre D. Pedro, representando o liberalismo, contra o absolutismo de D. Miguel. D. Miguel, senhor territorialmente do território português, foi esmagado pela concentração de todas as forças liberais no Porto.

Depois disso é encerrada a trágica luta em Évora Monte. Atravessámos todo o espaço político do século XIX e princípios do século XX em morno liberalismo. O fracasso de 1891 colmatou-se, dezanove anos mais tarde, na revolução da Rotunda, que chegara a dar a impressão de que iríamos encontrar uma marcha nova e fecunda para a sociedade portuguesa, com todo o espírito de renovação.

A República traçava a sua caminhada histórica sob a direcção de Teófilo Braga, Bernardino Machado, Afonso Costa, António José de Almeida, José Relvas, Correia Barreto, Azevedo Gomes e tantos outros.

Nas paredes de Lisboa era colado o célebre edital onde se anunciava o seguinte:

Para garantir a liberdade individual, faz-se saber a todos os cidadãos que é indispensável haver todo o respeito pelas pessoas dos polícias, dos guardas municipais e dos padres.

Isto correspondia à onda de tolerância que enchia o peito dos pioneiros que fizeram a República.

E, no meteórico espaço de quinze anos em que a I República viveu, ela assegurou a continuidade histórica da nossa pátria, fazendo intervir as nossas forças armadas na conflagração europeia junto das grandes potências democráticas do mundo, e isto escassos anos após a proclamação da República.

Com o novo regime o povo bebeu em haustos largos a força criadora da liberdade e os governos lançaram-se na tentativa de criarem as estruturas políticas e económicas que dessem início a uma sociedade de bem-estar, assente em princípios profundamente democráticos e atenta ao cumprimento de todos os deveres que lhe competissem no concerto das nações.

O trabalho e o esforço de uma democracia republicana incipiente puseram aparente fim ao desequilíbrio financeiro da monarquia pela mão firme do estadista Afonso Costa, que conseguiu transformar a epidemia deficitária do regime anterior nos *superavits* de 1913 e 1914.

Mas as forças reacçãoárias não parariam e, à frente delas o nacionalista António Sardinha, integralista aquecido pelas teorias antidemocráticas de Charles Maurras, proclamava pela sua pena que a vitória dos impérios centrais, o da Áustria e o da Alemanha, representaria o resgate e a salvação da Humanidade, e fazia-o exactamente nos dias trágicos em que, em Naulila e noutros pontos fronteiriços de Angola, essas potências faziam derramar o sangue português; e,

quando o fascismo chegou a este país, não se esqueceram, na toponímia da cidade, eles, os falsos nacionalistas, eles, os da Legião Portuguesa, eles, os que só sabiam pronunciar o nome da nação com os olhos em alvo, de entronizarem, numa placa com o nome de uma rua do Porto, onde aparecia o nome do traidor, enquanto que numa fúria iconoclasta apeavam aquela que era mais cara à alma de uma nação — o 31 de Janeiro.

O nacionalismo falso dos traidores de então foi multiplicando as inquietações internas, e, passando por um sidonismo grotesco, que destruiu em grande parte as esperanças de uma sólida integração na Europa, através da nossa acção intervencionista, acabou por submergir a Pátria no dia 28 de Maio, de tão sombria memória. E para os Portugueses, com o 28 de Maio, abriram-se cerca de cinquenta anos de fascismo, sob o falso signo da salvação nacional.

Já nem vale a pena pôr em relevo a forma de agressão desse regime contra a inteligência portuguesa, contra a cultura, contra todos os direitos e liberdades de um povo, que sistematicamente usaram, como se porventura tal bastasse para obstruir entre nós a chama incontida de libertação nacional.

Com o advento do ditador fascista criara-se o mito de salvação da Pátria, mito que nunca mais se perderia neste quase meio século de poder pessoal. Deu-se aqui, como em todas as ditaduras fascistas, o fenómeno do endeusamento do chefe, que é processo desenvolvido por todas as oligarquias minoritárias. E a movimentação desenvolve-se do seguinte modo: a minoria engrandeceu o chefe, desenhando-o com as linhas de um verdadeiro salvador nacional, e o chefe, por sua vez, consolidou economicamente as posições da minoria que o inventou ...

Uma voz do PPD: — Muito bem!

O Orador: — ... e neste contrato tácito e concreto o chefe foi realizando a tarefa que lhes era comum.

Aqui, neste país, ao estatuto que preparou este casamento de interesse chamou-se a «política da verdade», a qual, como veio a ver-se no seu desenvolvimento histórico, melhor seria que a apodassem de torva política de «cavalgar a verdade».

Uma voz do PPD: — Muito bem!

O Orador: — Essa falsa e destruidora política iria apoiar-se em todo um pensamento antidemocrático em que as sociedades se estiolam e entram em franca decomposição. A imprensa, o livro, a palavra escrita ou falada foram amordaçados numa medida que atingiu as culminâncias da ferocidade. Gerou-se, logo ao seu nascimento, uma perseguição sem tréguas aos contestatários do sistema. As prisões foram pequenas para conter a onda dos insubmissos. Nelas o tempo corria meses e anos sem a providência de um julgamento. Aos acusados arrancavam-se confissões pelo uso cruel das mais variadas torturas físicas. O desprezo pelo homem, o proclamado «safanão dado a tempo» envenenou a nossa sociedade portuguesa e criou um ciclo da maior baixeza moral e uma crise de carácter, da qual estamos dificilmente a tentar sair.

Durante cerca de cinquenta anos o espírito do 31 de Janeiro e do 5 de Outubro foi detido.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado: Já passaram três minutos da hora.

O Orador: — Eu só desejava que me concedesse um pouco mais de tempo.

O Sr. Presidente: — Está bem. Espero que seja breve.

O Orador: — Um deus cível, todo poderoso, encheu de abundância e prosperidade a tigela sôfrega da oligarquia reinante e, como paga, ela, depois do ventre repleto, rastejava-o, submissa e temerosa, em acção de graças, para que o deus cível os não privasse da pujante cornucópia.

E assim foi feita uma estranha associação para destruírem a liberdade em nome dos princípios de autoridade que apregoavam e que, segundo eles, entrara em conflito com aquela. Eles bem sabiam que não há conflito entre a autoridade e a liberdade. O único conflito que existe é entre os princípios da liberdade e os da tirania.

Os tiranos só amam a liberdade quando a tomam toda para eles.

Vozes do PPD: — Muito bem!

O Orador: — Mas vive sempre no espírito do homem uma grande reserva de resistência à opressão. Nem o tempo nem as baixezas indiscriminadas do mando a abafam ou destroem. Quem deixa de resistir já se entregou ou fez conluio com os seus opressores. Nenhum dos homens já velhos que somos e que aqui nos encontramos se entregou.

A chama da liberdade que vem já de muito longe, dos confins da história, brilhou como lume sem fortuna nas ruas do Porto em 1891, foi luz forte que se abriu na Rotunda de Lisboa em 1910 e, depois de desesperados e longos anos de separação cruel, ela aí ressurgiu pelas mãos armadas dos generosos capitães do 25 de Abril.

Há que confessar que nem tudo foram flores espalhadas no caminho a partir do 25 de Abril.

A liberdade e a democracia são conquistas admiráveis, mas exigem um trabalho de vigilância infatigável, e muitos dos que aqui estão, se não todos, lutámos pela liberdade já depois do 25 de Abril.

Vozes do PPD: — Muito bem!

O Orador: — A batalha das constituintes é um livro aberto da história onde ficaram assinalados os fastos da nossa reconquista democrática.

A Assembleia Constituinte produziu uma Constituição progressista e democrática e ela representou, mesmo com todos os seus defeitos, um alto momento histórico a coroar os esforçados trabalhos que a mobilização de um povo inteiro teve de realizar para impedir que forças reacçãoárias de todos os extremos surgidas de várias direcções submergissem logo no seio da Revolução as nossas esperanças.

Hoje a institucionalização da democracia está quase mprida. Temos a Assembleia da República, Assembleia Legislativa, funcionando. Temos um Presidente da República eleito em sufrágio popular por esmagadora maioria e temos, pela primeira vez desde há cento e tantos anos, um governo constitucional.

A tranquilidade pública virá por acréscimo e por acção decidida e legítima das autoridades encarregadas da ordem e qualquer veleidade de falsa revolução se escoará na lei, rigorosa e implacavelmente.

Um estado de direito está emergindo de toda a carpintaria dos órgãos soberanos e não soberanos da Nação.

A liberdade deve tomar a expressão qualitativa e quantitativa de um bem geral, mas a disciplina perante as leis, deliberadas no seio da representação popular, deve ter um valor tão forte como a liberdade, pois que uma e outra são derivadas da vontade do povo.

Os dois conceitos não se contradizem, antes se fundem harmoniosamente, como é próprio de qualquer Estado de direito, no preciso sentido económico, político e social da palavra.

Devemos dar por terminado o tempo do batalhar pela espada, na imagem poética de Jaime Cortesão, e lançarmo-nos ousadamente na tarefa da reconstrução nacional, tendo como meta um socialismo humano em liberdade.

Muito obrigado.

Aplausos do PPD.

O Sr. Presidente: — Suponho que os aplausos não foram para o alargamento, por parte do Presidente, do período de dez minutos. Peço, pois, aos Srs. Deputados que tentem, na medida do possível, respeitar o período de 10 minutos que está estabelecido no Regimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro da Costa.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Simbolicamente, a sessão legislativa da Assembleia da República reabre na recordação próxima do 5 de Outubro. Naturalmente não vou parafrasear o Sr. Deputado Olívio França, porque o rumo do meu pensamento vai ser outro.

Ontem mesmo, o Presidente da República, ao evocar a memória dos que lançaram em Portugal as instituições republicanas, chamou a atenção do País para as responsabilidades especiais dos que lançam as revoluções. A generosidade revolucionária é, quantas vezes, um ímpeto de humanidade, mas deve ser igualmente um compromisso histórico: compromissos perante o povo de não se consentir na traição aos ideais proclamados.

No seu discurso evocativo do 5 de Outubro, o Presidente da República interpretou, com rara felicidade, muitos dos sentimentos que percorrem a alma dos Portugueses nos dias de hoje. Fê-lo com a autoridade política de quem ocupa o mais alto órgão da soberania e fê-lo também com a responsabilidade moral de quem foi eleito pelo voto de um número impressionante de portugueses.

O Presidente da República continua assim a demonstrar uma fina percepção do seu compromisso perante o povo de Portugal. O CDS, que deu o seu apoio firme e solidário à candidatura do general Eanes, presta-lhe desta tribuna a sua homenagem pela forma como o Presidente tem sabido respeitar o denominador comum daqueles que o elegeram e os imperativos constitucionais do seu próprio cargo.

De modo particular, e fazendo questão de não sermos mal compreendidos, apraz-nos sublinhar a forma como o Presidente da República tem interpretado o seu mandato, no que ele comporta de relações com o Governo. Do nosso ponto de vista, o Presidente tem

dado provas evidentes de respeito pelo Governo e de interesse prático pela criação das condições de autoridade que permitam ao Governo governar.

Poderia alguém desejar que o Presidente mostrasse uma maior vinculação pública à acção do Governo. Seria grave que o Presidente o fizesse. Em primeiro lugar, por que o Governo é, politicamente, um Governo minoritário; em segundo lugar, porque a massa eleitoral que optou por Ramalho Eanes é muito mais vasta do que aquela que optou pelo Partido Socialista; em terceiro lugar, porque o princípio da separação de poderes aconselha uma especial prudência, sobretudo no início do funcionamento de novos órgãos de soberania; e, enfim, porque seria inconveniente que o Presidente, nestas circunstâncias, pudesse de alguma forma alimentar, aqui ou além, os sonhos de bonapartismo a que são particularmente sensíveis algumas correntes de opinião em Portugal.

Tudo isto não diminui — insisto — as responsabilidades contraídas pelo Presidente ao nomear o I Governo Constitucional. Mas, na nossa opinião, estas razões permitem delimitar com rigor o perfil das relações possíveis entre os dois Órgãos da Soberania na presente fase. Surpreende-nos por isso que num jornal afecto à linha do Governo sejam publicados comentários críticos à actuação do Presidente, como aconteceu ainda não há muito tempo. Pelo nosso lado, não estamos dispostos a silenciar situações deste tipo. O Presidente da República não será, com a nossa cumplicidade, transformado num alibi das incapacidades, das insuficiências ou dos erros governamentais.

A revolução do 5 de Outubro e a República que com ela se implantou tiveram, como todos sabemos, um ocaso trágico. Meditar na vida política e partidária durante a I República é, para nós, Portugueses, bem mais importante do que pensar no caso do Chile. A I República foi um regime português servido por patriotas que, não obstante, a pouco e pouco, se deixaram dominar pelo sectarismo, pelo «fulanismo» e pela ausência de realismo. Por tudo isso, mesmo nos seus defeitos, foi um período histórico que podemos compreender como nosso, que podemos olhar como próximo, apesar de dele nos separarem largas décadas.

A evolução política do Chile só poderá ter valor exemplar em Portugal para quem esteja interessado na reedição aqui das condições que favoreceram o desprestígio e o fim da democracia chilena. Não parece, porém, que sejam muitos ou especialmente poderosos aqueles que no nosso país desejam copiar o Chile de Allende. Recordo, a propósito, um curto diálogo ocorrido em Maio passado, na RTP, em que Diogo Freitas do Amaral, dirigindo-se ao Dr. Mário Soares, lhe disse: «Pedimos-lhe, Sr. Doutor, que, tal como em 1975 soube não ser o Kerensky português, não seja em 1976 o Allende de Portugal.» O Secretário-Geral do PS respondeu, como estamos recordados: «Pode estar certo de que não serei o Allende português, tal como não fui o Kerensky de Portugal.»

Repensar a I República é, pois, tarefa urgente e mais urgente do que pensar em evoluções políticas ocorridas no estrangeiro. E repensá-la é tarefa importante, sobretudo se se realizar sem facciosismo, com isenção e sem mentalidade dialéctica.

No seu discurso de ontem, o Presidente da República apontou justamente um dos factores essenciais para uma correcta estratégia de consolidação demo-

crática, à luz da experiência da I República: a Administração Pública. E às considerações feitas pelo general Ramalho Eanes, com as quais estamos totalmente de acordo, permitimo-nos acrescentar uma reflexão particular sobre um tema chave da função pública: os saneamentos.

É na verdade estranho que, numa altura em que convém ponderar nos erros que permitiram que o 5 de Outubro se desfizesse no 28 de Maio, alguns se esqueçam já dos erros que, por pouco, comprometeram a liberdade do 25 de Abril. Refiro-me ao recente encontro de trabalhadores socialistas da função pública, em que, nomeadamente, se decidiu exigir do Governo que sanei de novo os saneados no passado, entretanto reintegrados.

O Sr. Aires Rodrigues (PS): — Os comprometidos com o regime fascista.

O Orador: — Ou seja: primeiro, saneou-se; depois, instauraram-se processos e, verificando-se que, nalguns casos, não havia justificação legal, reintegrou-se quem tinha sido mal saneado; agora, é precisamente do PS, do mesmo PS que, ainda no VI Governo Provisório e já no I Governo Constitucional, participou na reintegração dos mal saneados, que se ouve pedir a renovação do saneamento dos injustamente tratados, entretanto reintegrados. Isto é: o que se pede não é nada que se pareça com justiça, mas pelo contrário, a reposição de injustiças entretanto verificadas e corrigidas.

O Governo, por seu turno, determina que a eventual reintegração de saneados deixe de ser possível por via administrativa e passe a ser responsabilidade dos tribunais. Deste modo, a Administração, que saneou — e, como confessa, nalguns casos injustamente —, não quer ter o ónus de corrigir ela própria os seus próprios erros.

Será que recordamos bem as palavras do Primeiro-Ministro que, nesta Assembleia, nos dizia que os saneamentos tinham acabado e que era sua preocupação corrigir as injustiças? Será que o Partido do Governo, pelo contrário, o que pretende é repô-las?

Não compreendemos.

O facto é tanto mais preocupante quando se junta a outros sintomas indicativos de que alguns procuram voltar à efervescência dos meses finais de 1974, em que a política e a organização social se fundavam na força e não no direito. Estamos bem lembrados do que foi, em Portugal, o ano passado. No final de 1974 encontramos as raízes de Março de 1975. Em Março de 1975 descobrimos as causas do Verão quente que se lhe seguiu. E foram precisas a unidade, a lucidez e o patriotismo do 25 de Novembro para que a democracia voltasse a tornar-se possível em Portugal.

Teremos de concluir que a tarefa de meditar n exemplos da I República é, pois, difícil, quando tantos com má memória para recordar e tirar lição do que viveram e presenciaram há tão pouco tempo.

Pelo seu lado, o CDS continua apostado em sua colaboração, leal e patriótica, a tudo que nifique a defesa da democracia, a justiça social, a superação da crise económica e a reconciliação portuguesa.

Fá-lo-á como partido de oposição, com ideia, expressa pelo Presidente da Re

Assembleia, de que para o País é tão importante o Governo como a oposição.

Com uma atitude vigorosa e civilizada de oposição, o CDS sente, neste momento, que as suas responsabilidades foram aumentadas no quadro dos partidos portugueses. Este aumento de responsabilidades decorre, para nós, do significado que atribuímos, por um lado, à nossa própria atitude política e, por outro, a recentes decisões de outros partidos.

Na verdade, e nomeadamente, não podemos omitir uma reflexão sobre a recente mudança de nome do Partido Popular Democrático. Não é assunto que nos diga directamente respeito...

O Sr. Fernando Pinto (PPD): — Até parece.

O Orador: — ... porque respeitamos inteiramente as opções internas das outras formações partidárias.

Mas quando o segundo partido nacional, com 24 % dos votos expressos, decide alterar a sua própria designação, temos de concluir que nos encontramos perante um facto político de inequívocas repercussões nacionais. Efectivamente, não se conhecem exemplos noutros países de uma modificação desta natureza empreendida por forças políticas consolidadas.

Protestos do PPD.

O Orador: — Os Srs. Deputados estão um pouco nervosos.

(Risos).

Uma voz do PPD: — Não...

O Orador: — Trata-se, neste caso, de um partido que até há bem pouco tempo concluiu mais de dois anos quase ininterruptos de participação governamental, que enfrenta a proximidade de umas eleições de especial delicadeza, como são as eleições para as autarquias locais.

Não podemos, pois, considerar como um pormenor a recente deliberação do PPD ao mudar de nome. Na nossa óptica, tal atitude tem o significado objectivo de uma clara afirmação política.

Uma voz do PPD: — É esperto...

O Orador: — Eu já o sabia quase desde que nasci, Sr. Deputado.

Desfazendo ambiguidades que para muitos poderiam subsistir, o novo PSD afirma-se a partir da sua própria designação e sigla, como uma organização ao serviço do socialismo, tal como o mesmo é compreendido na Internacional Socialista.

Vozes: — Muito bem!

O Orador: — Deste modo, os socialistas democráticos contam em Portugal com dois partidos: o PS e o PSD.

(Apoiados).

O Sr. Sousa Fernandes (PPD): — E a direita conta com o CDS.

O Orador: — Sr. Deputado, não estou a insultar ninguém. O Sr. Deputado enerva-se. O Sr. Deputado rebate os meus pontos de vista, mas escusa de ficar ner-

voso (*risos*), até porque eu poderia dizer as mesmas coisas com uma linguagem muito mais brutal.

O Sr. Presidente: — Atenção, Sr. Deputado, porque o seu tempo de uso da palavra está a chegar ao fim. Eu não tenho poderes para receitar calmantes.

(Risos).

O Orador: — Vou terminar.

Deste modo, os socialistas democráticos contam em Portugal com dois partidos: o PS e o PSD. Da distinção entre ambos cabe a um e a outro tratar, que não a nós.

Por isso, perante a opinião pública e perante o eleitorado, a mudança de nome do antigo PPD foi útil e clarificadora.

Vozes do PPD: — Muito obrigado!

O Orador: — A sua opção socialista afirma-se de forma nítida e inequívoca.

Vozes: — Muito bem!

O Orador: — Robustece-se, assim, tanto no plano de imagem política como no da ideologia, o carácter de alternativa do CDS.

O Sr. Fernando Roriz (PPD): — Conservador.

O Orador: — É fácil compreender que, deste modo, as novas responsabilidades objectivas aumentaram.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — A mudança de nome é só uma piada histórica.

O Orador: — Estava muito calado, Sr. Deputado Vital Moreira! ...

Ao arrepio das tendências pulverizantes e desagregadoras de que muitos partidos davam indício na I República, a recente deliberação do ex-PPD contribui para a formação, em Portugal, de pólos mais nítidos de atracção do eleitorado, favorecendo a vaga de fundo que nos poderá levar, mais facilmente, à consagração prática do princípio da alternância democrática do poder.

Para ela o CDS se continuará a preparar, continuando, como até aqui, disposto a partilhar de todas as responsabilidades que lhe sejam impostas pela defesa da democracia e o futuro de Portugal. E, quando for caso disso, as diferenças ideológicas e a diversidade dos projectos políticos não serão para nós um obstáculo. A lição da I República, recordada ontem pelo Presidente da República, está bem presente no nosso espírito.

Para além das diferenças, sem sacrifício do pluralismo, saberemos salvar a democracia e reerguer Portugal.

Aplausos dos Deputados do CDS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados: Estão ainda inscritos cinco Deputados, mas acabou-se o período de antes da ordem do dia. Não sei se porventura há qual-

quer requerimento no sentido desse prolongamento. Se não houver, considero o mesmo período encerrado.

Mas, antes disso, peço a atenção da Assembleia para a leitura de um requerimento sobre o qual poderemos trocar impressões no intervalo dos nossos trabalhos ou a seguir ao encerramento dos mesmos. O requerimento é do seguinte teor:

Senhor Presidente da Assembleia da República:

A fim de se dar cumprimento ao disposto nos artigos 24.º, n.º 3, e 236.º, n.º 2, alínea b), da Constituição, requeremos que seja marcada data para a designação por esta Assembleia do Provedor de Justiça e dos dois membros da Comissão Consultiva para os Assuntos das Regiões Autónomas a que se refere o último dos citados preceitos constitucionais (artigo 240.º do Regimento).

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista: Salgado Zenha — Aires Rodrigues — Catanho de Meneses — António Reis.

O Sr. Presidente: — Portanto, peço aos representantes dos grupos parlamentares e também ao Sr. Deputado da UDP que se reúnam comigo no intervalo ou após o encerramento desta sessão, ou então, sendo possível, me indiquem já um dia que lhes pareça conveniente para estas eleições, o que agradeceria.

Qualquer sugestão será bem-vinda para que eu possa tomar uma posição mais decidida e concreta.

O que é que sugerem?

O Sr. Barbosa de Melo (PPD): — Sr. Presidente: Eu tenho estado em algumas dificuldades desde que começou esta reunião.

Oigo falar no período de antes da ordem do dia e, em rigor, não sei qual é a ordem do dia. Segundo o de esclarecimento à Mesa, que aliás acaba de ser marcada com a antecedência de vinte e quatro horas e, concretamente, não sei qual é a ordem do dia desta sessão.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Não há.

O Orador: — Não há. Portanto, também não há o período de antes da ordem do dia.

Risos.

O Sr. Presidente: — Peço-lhe desculpa, mas existe matéria para a ordem do dia. Só que eu não podia anunciar com 24 horas de antecedência a todos os Srs. Deputados, até porque muitos estavam espalhados pelo País.

O Sr. Magalhães Mota (PPD): — Essa agora!

O Sr. Presidente: — É possível que esteja enganado e que a minha intervenção não esteja muito correcta, mas quero dizer-lhes que pelo menos para o período da ordem do dia já tenho um pedido de comparência no tribunal cível de um Sr. Deputado e pedidos de substituição de alguns Srs. Deputados. Isto é matéria da ordem do dia. Não tenho é mais material.

O Sr. Barbosa de Melo (PPD): — Esta primeira parte da minha intervenção terminaria num pedido de esclarecimento à Mesa, que aliás acaba de ser dado.

Quanto à questão que o Sr. Presidente acaba de pôr, suponho que a Mesa deveria usar, para este efeito, de um instituto que está previsto no Regimento e que é a Conferência dos Presidentes dos Grupos Parlamentares: acerta-se uma data e os termos em que se vai fazer uma eleição. Problemas dessa ordem são mais correctamente tratados numa conferência dos grupos parlamentares do que no Plenário.

E era esta, sobre a questão que acaba de ser posta pela Mesa, a opinião que eu queria exprimir.

O Sr. Presidente: — Na verdade, essa é também a minha opinião.

Essa marcação será feita, finda que seja esta sessão, numa reunião para a qual peço a comparência dos representantes dos grupos parlamentares no meu gabinete.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Passando à ordem do dia, temos um pedido de comparência do Sr. Deputado Emílio Leitão Paulo, do CDS, no Tribunal Cível da Comarca de Lisboa, 5.ª Vara, a fim de depor como testemunha em 22 de Outubro, pelas 15 horas.

Vê a Assembleia ou o Sr. Deputado algum inconveniente na autorização pedida?

Pausa.

Nesse caso, está concedida.

Falta anunciar ainda o projecto do Sr. Deputado Sá Carneiro, sobre que vai recair fatalmente o meu despacho de admissão e será publicado e numerado, cumprindo-se as regras do processo competente.

Pausa.

O Sr. Deputado Barbosa de Melo tem alguma coisa a dizer?

O Sr. Barbosa de Melo (PPD): — Sr. Presidente: Eu suponho que o Sr. Presidente ia dar por encerrada a sessão e gostava, nesse caso, de saber qual a próxima ordem do dia.

O Sr. Presidente: — Eu gostaria que os Srs. Deputados me dissessem o que faremos amanhã, pois não tenho aqui nenhuma indicação de material.

Querem trocar impressões na reunião que vamos fazer a seguir, interrompendo-se a sessão?

Vozes: — É melhor.

O Sr. Presidente: — Está interrompida a sessão por 15 minutos.

Eram 17 horas e 15 minutos.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 17 horas e 50 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Para ler o relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos sobre a substituição de alguns Srs. Deputados, tem a palavra o respectivo relator, Sr. Deputado Pinto da Cruz.

O Sr. **Pinto da Cruz** (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

COMISSÃO DE REGIMENTO E MANDATOS

Relatório e parecer

Em reunião realizada no dia 6 de Outubro de 1976 foram apreciadas as seguintes substituições de Deputados:

1 — Solicitadas pelo Partido Socialista:

Alberto Marques Antunes (círculo eleitoral de Setúbal), Alberto Marques Oliveira e Silva (círculo eleitoral de Viana do Castelo), Júlio Miranda Calha (círculo eleitoral de Portalegre) por, respectivamente, Benjamim Nunes Leitão Carvalho, Manuel Augusto de Jesus Lima e Ludovina Rosado.

Solicitada pelo Partido Comunista Português: José Alves Tavares Magro (círculo eleitoral de Lisboa) por Zita Maria de Seabra Roseiro. Esta suspensão é pedida temporariamente, pelo período de um ano.

2 — Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são real e actualmente os primeiros candidatos não eleitos ainda não solicitados na ordem de precedência das listas eleitorais apresentadas a sufrágio pelos referidos partidos nos respectivos círculos eleitorais.

3 — Foram respeitadas todas as considerações e declarações formais de voto.

4 — Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer: As substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados todos os requisitos legais.

Presidente, **Álvaro Monteiro** (PS) — Vice-presidente, **Manuel C. V. de Carvalho** (PPD) — Secretário, **António Martins Canaverde** (CDS) — Secretário, **Francisco Miguel Duarte** (PCP) — **António Cândido Miranda Macedo** (PS) — **Herculano R. Pires** (PS) — **Sebastião Dias Marques** (PPD) — **Vitor Pinto da Cruz** (CDS) — **Lino Carvalho de Lima** (PCP).

O Sr. **Presidente**: — Da conferência que tivemos no intervalo resultou o seguinte: a primeira sessão plenária terá lugar na próxima terça-feira, pelas 15 horas — e compreende-se que seja assim, porque há necessidade de dar tempo às comissões para prepararem os seus pareceres e estudar os projectos que lhes foram submetidos.

Neste momento encerrar-se-á a sessão, sendo a próxima no dia indicado, com esta ordem do dia: 1.º eleição do Provedor de Justiça; 2.º apreciação do parecer da Comissão de Regimento e Mandatos sobre a equiparação da frequência do internato das especialidades médicas às funções previstas no artigo 7.º do Estatuto dos Deputados; 3.º Apreciação dos requerimentos de sujeição a ratificação dos Decretos-Leis n.ºs 701-A/76 e 701-B/76, de 29 de Setembro.

Está encerrada a sessão.

Eram 18 horas.

Rectificações ao «Diário»:

Ex.^{ma} Senhor Presidente da Assembleia da República:

Em aditamento à errata ao programa do Governo enviada a V. Ex.^a em 9 do corrente, solicito que seja tomado na devida conta o seguinte:

A p. 439 do *Diário da Assembleia da República* (p. 54, l. 18, do original dactilografado), onde se lê: «Decreto-Lei n.º 236/76, de 6 de Abril», deverá antes ler-se: «Decreto-Lei n.º 239/76, de 6 de Abril.»

Apresento a V. Ex.^a os meus melhores cumprimentos.

Lisboa, 13 de Agosto de 1976. — **Mário Soares**.

Nota. — A rectificação a que este ofício se refere deve fazer-se no suplemento ao *Diário* n.º 17, p. 438-(15), 1.ª coluna.

Ex.^{ma} Senhor Presidente da Assembleia da República

Francisco Manuel Farromba Vilela, Deputado pelo Partido do Centro Democrático Social, solicita a V. Ex.^a se digne mandar retirar-lhe a falta que lhe foi marcada no dia 23 do corrente, pois que, embora tenha entrado depois de iniciada a sessão, a ela assistiu na sua quase totalidade.

Lisboa e Palácio de S. Bento, 27 de Julho de 1976. — **Francisco Farromba**.

Nota. — A rectificação a que esta carta se refere respeita ao *Diário* n.º 12.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

António Fernando Marques Ribeiro Reis.
Aquilino Ribeiro Machado.
Délmiro Manuel de Sousa Carreira.
Edmundo Pedro.
Francisco de Almeida Salgado Zenha.
José Alberto Menano Cardoso do Amaral.
Manuel do Carmo Mendes.
Maria Emília de Melo Moreira da Silva.
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.
Teófilo Carvalho dos Santos.

Partido Popular Democrático (PPD)

Artur Videira Pinto da Cunha Leal.
Cristóvão Guerreiro Norte.
Manuel Cunha Rodrigues.
Mário Fernando de Campos Pinto.

Centro Democrático Social (CDS)

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.
Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca.
José Manuel Cabral Fernandes.
Vitor António Augusto Nunes de Sá Machado.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Alberto Arons Braga de Carvalho.
Alberto Marques Antunes.

Alberto Marques de Oliveira e Silva.
Alfredo Pinto da Silva.
António Fernandes da Fonseca.
Carlos Cardoso Lage.
Carmelinda Maria dos Santos Pereira.
Etelvina Lopes de Almeida.
Francisco Igrejas Caeiro.
Jorge Augusto Barroso Coutinho.
José de Melo Torres Campos.
Júlio Francisco Miranda Calha.
Maria Alzira Costa de Castro Cardoso Lemos.
Maria de Jesus Simões Barroso Soares.
Mário António da Mota Mesquita.

Partido Popular Democrático (PPD)

Albino Aroso Ramos.
Américo Natalino Pereira de Viveiros.
António Júlio Correia Teixeira da Silva.
Arnaldo Ângelo de Brito Lhamas.
João Bosco Soares Mota Amaral.
Joaquim Guerra de Oliveira Alfaia.

Jorge de Figueiredo Dias.
José António Camacho.
Mário Júlio Montalvão Machado.

Centro Democrático Social (CDS)

Alexandre Correia de Carvalho Reigoto.
Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Barreirinhas Cunhal.
Américo Lázaro Leal.
Ângelo Matos Mendes Veloso.
António Dias Lourenço da Silva.
Carlos Campos Rodrigues da Costa.
José Alves Tavares Magro.
Manuel Mendes Nobre de Gusmão.
Octávio Floriano Rodrigues Pato.

O CHEFE DOS SERVIÇOS DE REDACÇÃO, *Januário Pinto.*